

Ensino plural para uma arquitetura ética: uma análise das bibliografias das disciplinas de projeto

Plural education for an ethical architecture: a bibliographic analysis of design disciplines

Enseñanza plural para una arquitectura ética: un análisis de las bibliografías de las materias de proyecto

JAYME, Isabela Mendes

Graduada em Arquitetura e Urbanismo, UFPR, isabelamj@gmail.com

FERREIRA, Felipe Rossi

Graduado em Arquitetura e Urbanismo, UFPR, fferreira.arch@gmail.com

RESUMO

O presente artigo busca verificar a presença de conteúdos sociais e políticos nas bibliografias exigidas nas disciplinas de projeto arquitetônico, fomentando uma reflexão crítica sobre o ensino de arquitetura nas universidades públicas brasileiras. Partindo de uma contextualização sobre o espaço, suas relações com grupos sociais diversos, o ensino e a prática de arquitetos e urbanistas, procura-se entender como se buscam soluções para essas complexidades nas aulas de projeto. Como metodologia de pesquisa, foram avaliados os cursos melhores classificados no Enade 2017, investigando a inserção dessas temáticas em suas referências bibliográficas a partir de uma categorização e análise do cunho das obras e do perfil de seus autores.

PALAVRAS-CHAVE: ensino público, arquitetura, dimensão sociopolítica, bibliografia, projeto arquitetônico

ABSTRACT

This article aims to verify the insertion of social and political contents in the required bibliographies for the architectural design disciplines, providing a critical reflection on the teaching of architecture in Brazilian public universities. From a contextualization about space, its relations with different social groups, the teaching and practice of architects and urban planners, this approach seeks to understand how solutions are sought for these complexities in design classes. As a research methodology, the best rated courses in Enade 2017 were evaluated, through an investigation of these themes' presence in their bibliographic references, based on the categorization and analysis of the nature of the works and the profile of their authors.

KEY WORDS: public education, architecture, socio-political dimension, bibliography, architectural design

RESUMEN

El presente artículo busca verificar la presencia de contenidos sociales y políticos en las bibliografías exigidas para las materias de proyecto arquitectónico, fomentando una reflexión crítica acerca de la enseñanza de arquitectura en las universidades públicas brasileñas. A partir de una contextualización sobre el espacio, sus relaciones con grupos sociales diversos, la enseñanza y la práctica de arquitectos y urbanistas, se procura entender cómo se buscan soluciones para estas complejidades en las clases de proyecto. Como metodología de investigación, se evaluaron los cursos mejor calificados en el Enade 2017, investigando la inserción de estos temas en sus referencias bibliográficas a partir de una categorización y análisis de la naturaleza de los trabajos y del perfil de sus autores.



PALAVRAS CHAVE: *educação pública, arquitetura, dimensão sociopolítica, bibliografia, projecto arquitectónico*

1 INTRODUÇÃO

Para além das ciências exatas ou dos campos das artes, a arquitetura interage com um agente complexo: uma sociedade com uma multiplicidade de vivências que, em suas relações e conflitos, modelam as dinâmicas da cidade. Nesse quadro, o artigo se volta para o ensino de arquitetura em nível de graduação nas universidades públicas brasileiras, explorando a inserção de conteúdos sociais e políticos nos programas disciplinares e o quanto se buscam soluções para essas complexidades na configuração do espaço. A partir de uma contextualização sobre esse panorama, questiona-se sobre o papel social e as práticas do arquiteto e urbanista, que contribuem para as opressões ou subvertem a episteme naturalizada e permitem existências plurais.

Assumindo que essas temáticas aparecem com mais frequência no ensino de urbanismo, como aponta Marques (2010), o foco se dirigiu para onde elas podem carecer: nas disciplinas de projeto arquitetônico, com uma análise de suas bibliografias por meio de uma categorização de obras e autores. Sem intenção de julgar a qualidade dos cursos e entendendo que outros aspectos - como estratégias de ensino e metodologias de avaliação - também poderiam servir como indicadores, o que se propõe é uma reflexão direcionada à área da arquitetura baseada estritamente nas referências indicadas nas fichas disciplinares. Dessa forma, procura-se questionar se estas ainda esbarram na reprodução de pensamentos que refletem padrões de grupos sociais dominantes ou se incluem entendimentos e práticas que incorporem experiências mais diversificadas e inclusivas.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA

Dentre suas diversas conceituações, o espaço pode ser entendido tanto condição, quanto meio e produto das práticas sociais, que conformam inter-relações em constante movimento, ligando as dimensões mentais, culturais, sociais e históricas num processo complexo e simultâneo. Estas relações de *descoberta* (de novos espaços-mundo outrora desconhecidos); *produção* (de organizações espaciais específicas a cada sociedade); e *criação* (da paisagem enquanto materialidade social) configuram um cenário onde cada sociedade com suas diversidades e particularidades produz um espaço, o seu (LEFEBVRE, 2006).

Na especificidade social do espaço, sua inter-relação com homens e mulheres é permeada por relações de dominação e subordinação que reafirmam o desenvolvimento desigual imposto por uma ordem sociopolítica, econômica e cultural específica. Nessa perspectiva, Foucault (2000) atribui a capacidade de controle do espaço como condição essencial para o funcionamento do poder, na qual a arquitetura se apresenta como parte determinante da materialidade da paisagem cultural, uma vez que a sua manipulação pode ser considerada como estratégia de preservação do poder dominante (SOARES; ZARANKIN, 2004). Diante disto, pode-se entender que a arquitetura - enquanto edifício construído - não apenas se ocupa de constituir limites físicos para a realização das atividades humanas, mas possui em si a força intrínseca de favorecer ou limitar essas atividades. Como sugere Umberto Eco (1968), é possível afirmar que a arquitetura atende a demandas sociais, ao mesmo tempo em que condiciona pessoas a viverem de uma determinada maneira.

Ao revisitar as origens e trajetórias da arquitetura e do urbanismo ao longo da história, facilmente se percebe que a figura do arquiteto por muito tempo esteve associada a grupos de maior domínio social, econômico e político. O fazer da arquitetura se deu, durante séculos, quase que exclusivamente a serviço da realeza, do poder religioso e da aristocracia. A normatização do ensino de arquitetura e urbanismo de certo modo atribuiu ao sistema o poder “de formar e controlar os novos profissionais autorizados a construir a própria paisagem do capitalismo, por meio da especialização e regulação do ensino.” (SOARES; ZARANKIN, 2004, p. 26-27). Mesmo sob o advento da modernidade, quando a arquitetura se viu, talvez pela primeira vez, influenciada por um desvio político sensível ao bem-estar social, a ação de arquitetos ainda esteve limitada por uma perspectiva genérica e universalizante do homem em sociedade. Em grande medida, o referencial continuou sendo o do homem branco, europeu, heteronormativo e minimamente inserido numa ordem social pré-estabelecida (FUÃO; SOLIS, 2018).

Para a arquiteta e urbanista Zaida Muxí (2018), até os dias de hoje o espaço urbano foi concebido a partir de um ponto de vista que se pretendia neutro ou abstrato, quando na realidade este “neutro” reproduzia um padrão recorrente história: a visão de um homem com melhores condições sociais, de um extrato de classe minoritário e de uma raça minoritária. Ao se intencionar uma suposta neutralidade, presume-se que a cidade poderá ser ocupada e apropriada de maneira universal. Pelo contrário, esse discurso descarta todas as outras formas de apropriação que não aquela hegemônica e dominante.



ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 2019



Considerando a cidade legal, é possível interpretar que muitas das suas formas não priorizam os deslocamentos e vivências de corpos que transgridem a lógica de dominação, como o da mulher, os corpos da negritude e os das periferias, por exemplo. Quando estes espaços, sejam públicos ou privados, configuram normatizações que desvalorizam estas diferenças, o próprio uso cotidiano por estes sujeitos indica o reconhecimento da luta emancipatória pela igualdade de acesso e direito à cidade.

Para aplicar uma perspectiva de gênero, por exemplo, no estudo e na prática da arquitetura e do urbanismo, Muxí (2018) coloca que o primeiro passo é entender que homens e mulheres possuem papéis sociais e culturais diferentes, e devido a isso realizam tarefas, se locomovem e têm acessos diferentes às oportunidades da cidade. Da mesma forma, em relação à diversidade sexual, a cidade reproduz espaços *heteronormatizados* que restringem o acesso e liberdade das minorias, e geram como uma de suas consequências negativas a intolerância, seja ela étnica, política, ou de gênero. Tendo em vista que as dinâmicas urbanas podem gerar ressignificações, a prática urbanística pode ser uma das instituições mediadoras desses conflitos (FARIAS, 2012).

Seguindo este raciocínio, é pertinente recordar do livro *Supercrítico*, no qual os arquitetos e professores de projeto Peter Eisenman e Rem Koolhaas fazem um debate sobre a arquitetura na contemporaneidade, o ensino e a pesquisa. Neste diálogo, quando se aborda a questão da neutralidade, ambos concordam que buscam fazer projetos expressivamente “neutros” (EISENMAN, 2013). Na conjuntura da cidade contemporânea - lugar de dinâmicas complexas e em constante transformação -, porém, é preciso um cuidado com o uso deste conceito, posto que é possível evocar a ideia de um usuário neutro, um arquiteto neutro ou simplesmente um público neutro.

Em contraposição a este discurso, os teóricos de arquitetura Jeffrey Kipnis e Robert Somol argumentam sobre os dilemas que existem em torno da ideia de um projeto crítico na atualidade. Para Kipnis, faz-se necessário questionar se as formas institucionalizadas, às quais comumente se obedece, ainda apresentam alguma eficácia para a sociedade. Se taticamente for possível separar a prática de seus hábitos ou clichês, de alguma forma liberta-se e habitua-se para criar novamente “algo dinâmico, que reage e responde à cultura” (EISENMAN, 2013, p. 109). Portanto, para perceber a prática crítica a partir de uma ruptura a algo, primeiro entende-se que “o discurso universalizante que propõe considerar todos os homens como iguais ou irmãos, acaba por rejeitar os diferentes e produzir historicamente efeitos de exclusão os mais atroz e sanguinolentos” (FUÃO; SOLIS, 2018, p.18).



PROJETAR
GRUPO DE PESQUISA EM
PROJETO DE ARQUITETURA
E PERCEPÇÃO DO
AMBIENTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE



ARQUITETURA E URBANISMO - UFRN



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO URBANO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ



UNIVERSIDADE
POSITIVO

ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 2019



Considerando a dimensão técnica e específica da arquitetura e do urbanismo, é comum existir a noção equivocada de que a prática profissional não diz respeito à política ou não possui uma bagagem ideológica, como se as escolhas fossem realmente neutras, puramente racionais. De acordo com Muxí (2018), tudo o que fazem os arquitetos e urbanistas, cada decisão em suas vidas, é uma ação política. Mesmo nas decisões técnicas existe um condicionante político, um posicionamento que, ainda que o arquiteto não seja capaz de controlar e prever tudo o que pode acontecer, é coerente com a sua maneira de pensar.

Nessa reflexão sobre o papel sociopolítico da profissão, cabe repensar também a dimensão do ético na esfera da arquitetura. Para Fuão e Solis (2018, p. 20), “o ético passa por um posicionamento diante do mundo e dos outros, uma responsabilidade perante o mundo, a cidade e os outros homens, uma postura diante do humano sobretudo”, ou seja, vai muito além dos valores de articulação entre profissionais, convivência com clientes ou uma ética de mercado. Destarte, parece contraproducente pensar a arquitetura, até mesmo sob um viés sociológico, sem recair o olhar a uma questão indispensável a esta discussão: o ensino e a formação do arquiteto e urbanista.

Ainda que se compreenda que o ensino tem papel determinante na construção da responsabilidade ética dos profissionais, é fundamental perceber que o universalismo epistemológico científico esteve historicamente relacionado a processos de subordinação e invisibilização de sujeitos subalternos. Conforme apontam Immanuel Wallerstein (1979) e Walter Mignolo (2000), a constituição do sistema-mundo moderno a partir de ideais colonizadores e civilizatórios, assentou múltiplas “destruições criadoras” de conhecimento, sobretudo no que diz respeito ao hemisfério Sul.

A essa discussão, Mignolo (2010) acrescenta que a colonialidade do poder se exerce também - para além do domínio do conhecimento - a partir do controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero e da sexualidade. Para que sejam incorporadas outras formas de saber e novas perspectivas a práxis arquitetônica, é necessária a consciência de que a produção e conhecimento acadêmicos não se constrói a partir de verdades absolutas e incontestáveis. Portanto, longe de configurar um domínio “abstrato, homogêneo e culturalmente indiferente”, o conhecimento deve ser entendido como produção coletiva de um conjunto de diferentes sujeitos - com suas muitas e diversas vozes, histórias, trajetórias e culturas (Harding, 1998 apud Santos, 2008, p. 151).

Como uma das possíveis alternativas a esta questão, a geógrafa Anita Loureiro de Oliveira (2018) aponta que o *pensamento decolonial* - em oposição a colonialidade masculina, branca, heterossexual



e cristã do saber - sugere um diálogo mais frequente e fecundo com os grupos sociais e saberes historicamente subalternizados e desqualificados enquanto conhecimento. A ciência, também entendida como construção social, se encontra em posição passível ao debate e reavaliação, especialmente nas áreas mais periféricas do sistema mundial onde a depreciação de saberes e cosmologias alternativas pouco reflete a condição de realidades sociais vastas e plurais, como é no cenário brasileiro.

Nesse contexto, não é difícil perceber certo distanciamento metodológico e projetual na atuação de grande parte dos arquitetos frente às subjetividades do mundo real, seja pela valorização demasiada de atributos formais e estéticos, ou simplesmente pela marketização das soluções arquitetônicas. Ao avaliar a inserção dessas reflexões no ensino da arquitetura nota-se que de forma geral estes conteúdos aparecem em discussão nas esferas do urbanismo e da teoria, mas que pouco se fazem presente nos ateliês de projeto (MARQUES, 2010). O conhecimento científico adotado como regra nas universidades pode e deve ser questionado acerca de sua suposta neutralidade frente a conjuntura sociopolítica e cultural em que se manifesta.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DE DADOS

Frente a essas questões, buscou-se avaliar a presença de tais discussões nas disciplinas de projeto arquitetônico. Entendendo que uma visão geral implicaria examinar aspectos mais amplos de dinâmicas e metodologias de ensino, muitos dos quais só poderiam ser devidamente entendidos a partir da vivência em sala de aula, optou-se analisar as referências bibliográficas exigidas, por corresponderem a um elemento comum a todos os currículos.

Para esta análise, foram selecionados os cursos das cinco universidades com os melhores conceitos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) realizado em 2017. Em ordem de classificação, são elas: a Universidade Federal do Paraná (UFPR) com conceito contínuo de 4,8459; a Universidade Estadual de Maringá (UEM) com 4,8300; a Universidade Estadual Paulista (UNESP) com 4,7788; a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com 4,7286 e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com 4,6986.

Baseando-se nas fichas das disciplinas de cada período dos cursos, suas ementas e bibliografias exigidas, procurou-se analisar o cunho das obras e o perfil de seus autores. Os documentos foram obtidos nos *sites* oficiais dos cursos ou solicitados à coordenação dos mesmos quando não disponíveis



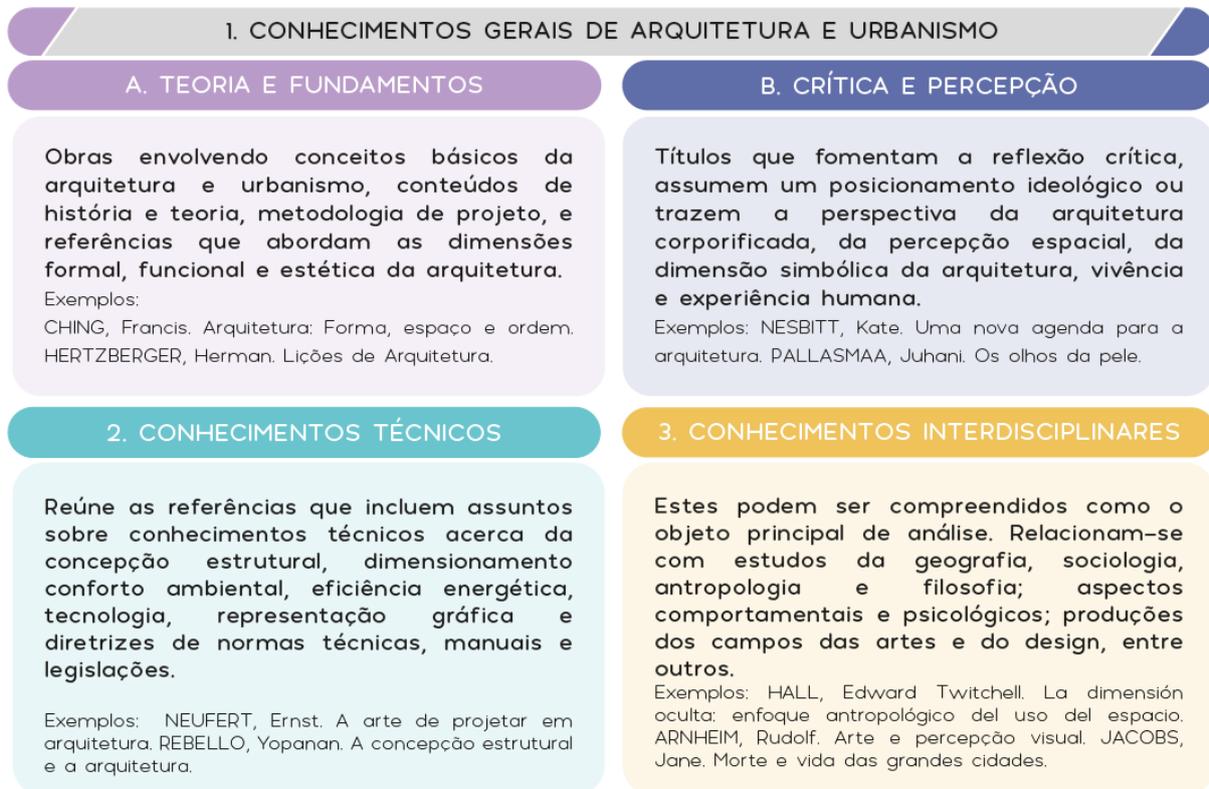
ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 2019



online. Por conseguinte, os exemplares das bibliografias foram contabilizados e agrupados em três categorias (Figura 1):

Figura 1 - Categorias bibliográficas



Fonte: os autores, 2019.

Os períodos em que não constavam indicações bibliográficas foram desconsiderados dessa análise. A partir desses critérios, os dados obtidos foram organizados em gráficos e analisados em conjuntos. Na primeira sequência de gráficos (Figura 2) apresenta-se um panorama geral das obras que compõem a bibliografia obrigatória e complementar das disciplinas de projeto.



PROJETAR
GRUPO DE PESQUISA EM
PROJETO DE ARQUITETURA
E PERCEÇÃO DO
AMBIENTE

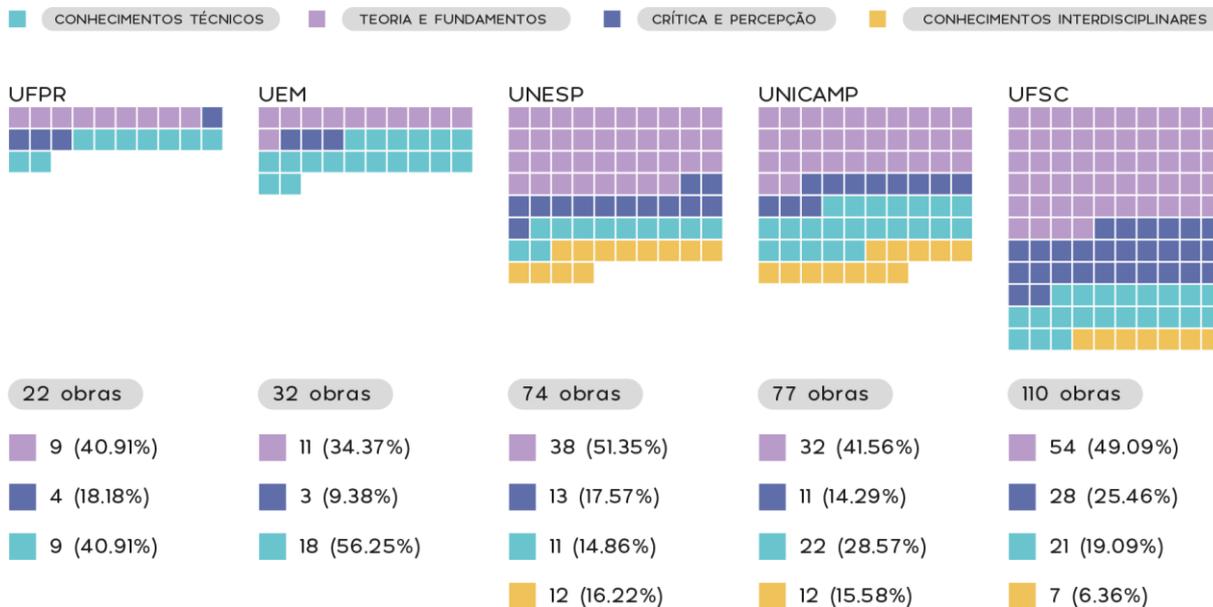


ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 2019



Figura 2 - Relação de obras - total/por categorias



Fonte: os autores, 2019.

Conforme é possível observar nos gráficos, há notável diferença no volume de obras indicadas. A bibliografia das disciplinas sofre uma variação significativa, de forma inversamente proporcional à classificação de desempenho no Enade: a primeira colocada (UFPR) apresenta a menor bibliografia exigida, não listando nenhuma obra de conhecimento interdisciplinar, enquanto a quinta colocada (UFSC) apresenta a maior bibliografia e indicações de obras em todas as categorias analisadas. É importante ressaltar que essa classificação considera a ordem de desempenho no conceito contínuo (resultante da média ponderada das notas padronizadas na Formação Geral (25%) e Conhecimento Específico (75%)) (BRASIL, 2018).

Para a discussão desse artigo, no entanto, poderia-se considerar apenas o desempenho atingindo no componente de Formação Geral, uma vez que este avalia os elementos integrantes do perfil profissional que dizem respeito à formação ética e sociopolítica do arquiteto, conforme destacado no quadro abaixo (Figura 3):



Figura 3 - Perfil Profissional - Formação Geral

ELEMENTOS INTEGRANTES DO PERFIL PROFISSIONAL – FORMAÇÃO GERAL

- I – ético e comprometido com as questões sociais, culturais e ambientais;
- II – humanista e crítico, apoiado em conhecimentos científico, social e cultural, historicamente construídos, que transcendam o ambiente próprio de sua formação;
- III – protagonista do saber, com visão do mundo em sua diversidade para práticas de letramento, voltadas para o exercício pleno de cidadania;
- IV – proativo, solidário, autônomo e consciente na tomada de decisões pautadas pela análise contextualizada das evidências disponíveis;
- V – colaborativo e propositivo no trabalho em equipes, grupos e redes, atuando com respeito, cooperação, iniciativa e responsabilidade social.

Fonte: adaptado pelos autores (2019) a partir de BRASIL, 2017.

Nesse cenário, a classificação das universidades seria: UNESP, UNICAMP, UFSC, UFPR e UEM. Esta ordem refletiria de forma diretamente proporcional a ordem das universidades que mais apresentam obras de conteúdo interdisciplinar: UNESP (16,22%), UNICAMP (15,58%), UFSC (6,36%) e UFPR e UEM. Mesmo que as duas últimas não apresentem títulos dessa categoria, poderia se considerar no lugar a esfera de percepção e crítica - UFPR (18,18%) e UEM (9,36%).

Na segunda sequência de gráficos (Figura 4), apresenta-se os totais de obras organizados por períodos, onde se nota uma distribuição desigual frente às categorias analisadas. De forma geral, os cursos apresentam ementas com conteúdo progressivo em relação à complexidade dos programas arquitetônicos abordados nas disciplinas, o que pode servir como indicativo para maior concentração de conteúdos de fundamentação no início do curso, em contraposição aos mais críticos, locados ao fim da formação. Em alguns casos, nota-se também a concentração de bibliografia específica em períodos onde se trabalham programas temáticos, como acústica e iluminação.

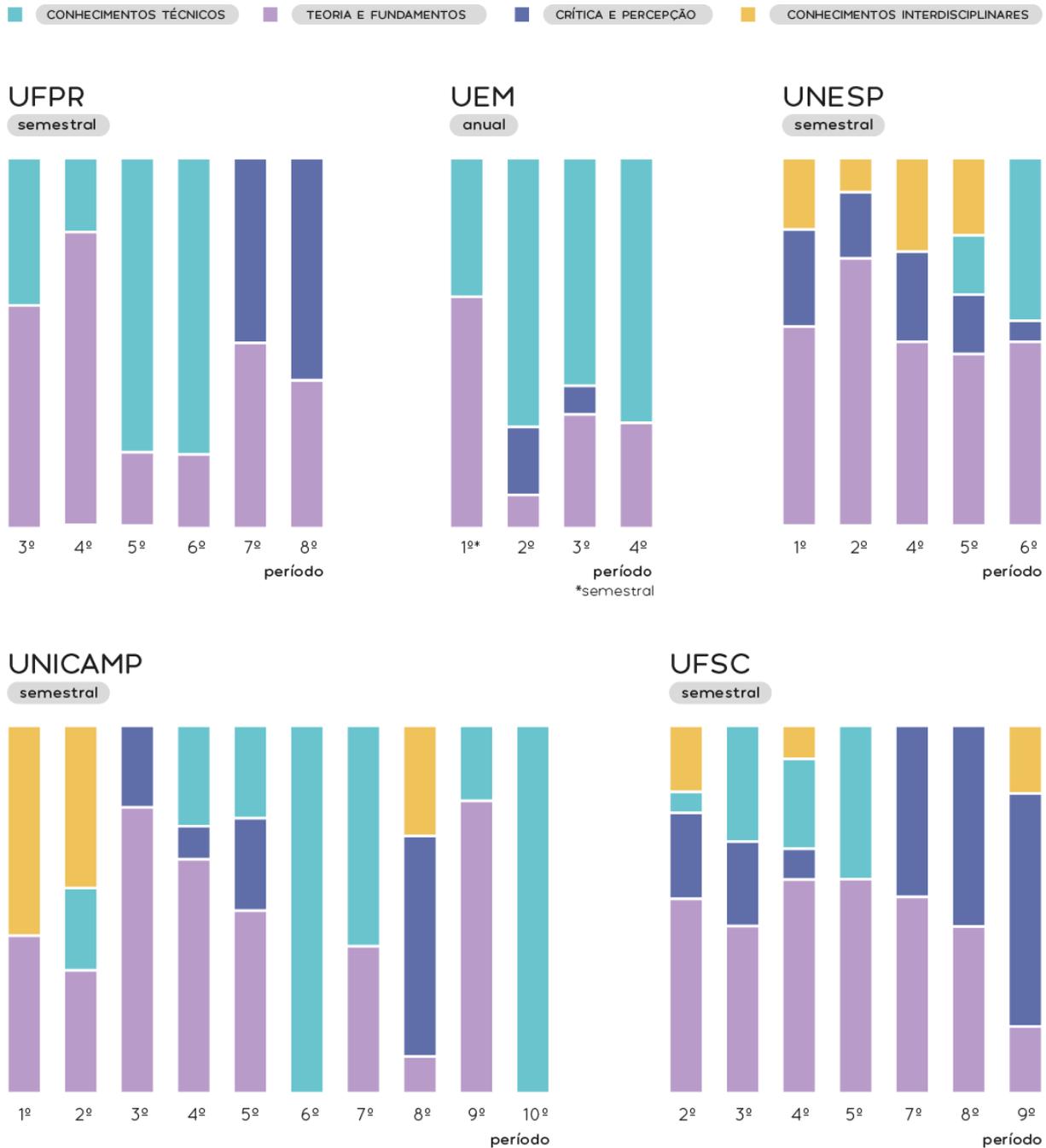
Por fim, a última informação levantada se relaciona à proporção entre autores homens e mulheres (Figura 5), onde a disparidade é evidente. Ainda que as relações não sejam ideais, mais uma vez é possível a estabelecer relações diretas entre o desempenho das universidades no componente de Formação Geral, com aquelas que possuem distribuição mais equânime de sua bibliografia.

ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 2019



Figura 4 - Bibliografia por período



OBSERVAÇÕES:

UFPR: 9º período sem ficha disponível

UNESP: 3º período sem bibliografia indicada; 7º e 8º períodos sem ficha disponível

UFSC: 6º período sem disciplinas de projeto arquitetônico

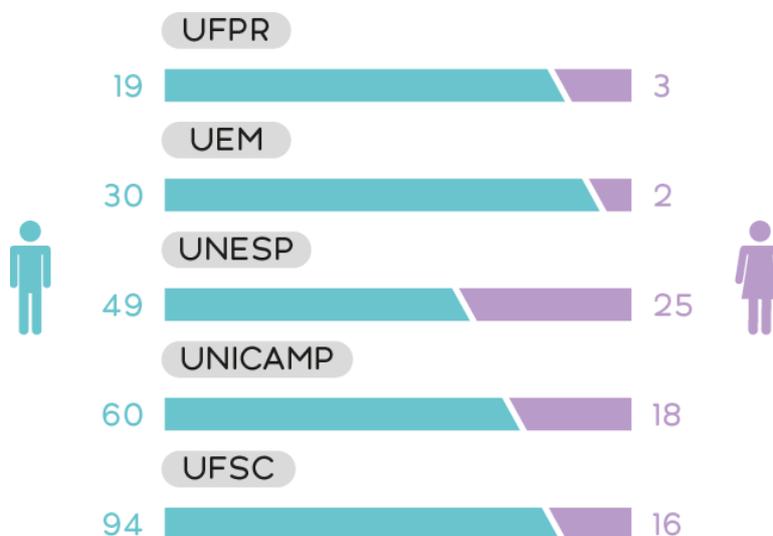
Fonte: os autores, 2019.



PROJETAR
GRUPO DE PESQUISA EM
PROJETO DE ARQUITETURA
E PERCEÇÃO DO
AMBIENTE



Figura 5 - Proporção de autores e autoras



Fonte: os autores, 2019.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas exposições apresentadas, é possível inferir uma relação entre a diversidade de conteúdos bibliográficos e o desempenho das universidades na avaliação da formação ética e humana dos profissionais. No entanto, a amplitude do ensino de projeto não se define somente por conteúdos didáticos e metodologias de avaliação. Existem também muitos fatores subjetivos que envolvem a relação entre alunos e professores, suas vivências e dinâmicas, dentro e fora do ambiente acadêmico. Assim, entende-se que não é possível creditar essas observações apenas à bibliografia adotada, uma vez que esta também poderia ser questionada e avaliada em novos desdobramentos que permitam análises futuras.

Possivelmente, os cursos que incluem uma bibliografia mais extensa e dinâmica, seguem a mesma lógica na seleção de suas práticas e metodologias. Contudo, entendendo a indicação bibliográfica como um dos elementos básicos da estruturação de uma disciplina, antecedendo inclusive a prática didática, espera-se que esta reflita, de alguma forma, as discussões que são estimuladas em sala de aula. Em razão disso, defende-se que as bibliografias já incluam uma variedade de referências que instiguem novas respostas aos conflitos e dinâmicas sociais, e assim motivem ainda mais a condução das aulas e as trocas em sala.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Portaria Nº 493, de 6 de Junho de 2017. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 jun. 2017. Seção 1, p. 35.
- BRASIL. Press Kit Enade 2017 e Indicadores de Qualidade da Educação Superior. *Planilhas do Conceito*, out. 2018. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/indicadores/legislacao/2018/resultados_conceito_enade_2017.xlsx>.
- ECO, U. *La estructura ausente*. Barcelona: Lumen, 1968.
- EISENMAN, P. *Supercrítico*: Peter Eisenman, Rem Koolhaas. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- FARIAS, J. A. Prática Urbanística e Diversidade Sexual: pode o urbanismo contribuir para a emancipação LGBT nos espaços da cidade?. *Revista Advir*, n. 28, p. 100-113, jul. 2012.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária (Ditos e Escritos, v. II), 2000.
- FUÃO, F. F.; SOLIS, D. E. Da dimensão ético-política e sua relação com a democracia por vir na arquitetura. *PIXO*, v. 2, n. 5, p. 16-25, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/184365>>.
- LEFEBVRE, H. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006
- MARQUES, M. S. *Subjetividades e singularidades urbanas*: na construção de um devir outro arquiteto urbanista. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12091>>
- MIGNOLO, W. *Local Histories/Global Designs*: Coloniality, Subaltern Knowledges and Border Thinking. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- _____. *Desobediencia epistémica*: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.
- MUXÍ, Z. Entrevista com Zaida Muxí: cidade, política e gênero. *Vitruvius*, São Paulo, n. 075.02, set. 2018. Entrevista concedida a Daniela Abritta Cota. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/18.075/7123>>.
- OLIVEIRA, A. L. Mulheres e ação política: lutas feministas pelo direito à cidade. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 111-140, maio/ago. 2018.
- SANTOS, B. de S. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. *Coleção para um novo senso comum*, v. 4, 2. ed., São Paulo: Cortez, 2008.
- SOARES, C. L.; ZARANKIN, A. Arquitetura e educação do corpo: notas indiciais. *RUA*, v. 10, n. 1, p. 23-35, 2004.
- WALLERSTEIN, I. M. *The Capitalist World-Economy*. Cambridge/Paris: Cambridge University Press/Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1979.

